

DOCUMENTOS • Nº 4

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
A CATÁSTROFE HUMANITÁRIA EM GAZA
E OS CRESCENTES PERIGOS DA ACTUAL SITUAÇÃO NOS
TERRITÓRIOS PALESTINOS E NA REGIÃO



Bett Lahid, Faixa de Gaza, 17 de Janeiro de 2009 – Escola das Nações Unidas destruída pelos bombardeamentos israelitas (Foto Abid Kabib / Getty Images)

EDIÇÃO 1
AGOSTO DE 2009

O MPPM – Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente – promoveu a realização, no dia 14 de Fevereiro, de um Seminário Internacional subordinado ao tema “A Catástrofe Humanitária em Gaza e os Crescentes Perigos da Actual Situação nos Territórios Palestinos e na Região”.

Depois da brutal agressão de Israel a Gaza, em que semeou a morte e a destruição, as pessoas amantes da paz e da solidariedade entre os povos questionam-se sobre as formas possíveis de prestar apoio aos palestinos, sobre a viabilidade de assegurar a sua sobrevivência enquanto povo e sobre meios para garantir o seu direito a um futuro independente e em paz. Este Seminário procurou dar resposta a estas questões contando com o seguinte painel de oradores:

- Michael Kingsley – Director Executivo da UNRWA (Agência das Nações Unidas para Apoio aos Refugiados Palestinos no Médio Oriente), baseado em Gaza.

- Pierre Galland – Antigo Senador socialista belga, Presidente do Fórum Norte-Sul, da Associação Belga para a Palestina e da Coordenação Europeia para a Palestina, em Bruxelas.

- Miguel Urbano Rodrigues – Escritor e Jornalista, participante no recente Fórum Internacional de Beirute

- Francisco Assis – Professor Universitário, Deputado ao Parlamento Europeu do grupo socialista

- Silas Cerqueira – Investigador em Ciências Políticas, Coordenador do MPPM

O Seminário contou, ainda, com uma intervenção especial do representante da Embaixadora Randa Nabulsi, Delegada-Geral da Palestina em Portugal.

A orientação dos trabalhos esteve a cargo dos Profs. Isabel Allegro Magalhães e Mário Ruivo.

Neste documento reunimos todas as comunicações apresentadas ao Seminário, precedidas de uma breve nota de síntese dos trabalhos e acompanhadas de um texto de Conclusões.

NOTA INTRODUTÓRIA

Júlio de Magalhães

Promovido pelo MPPM – Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente, realizou-se no passado dia 14 de Fevereiro, no Hotel Holiday Inn, em Lisboa, um Seminário Internacional sobre a Catástrofe Humanitária em Gaza e os Perigos da Actual Situação na Região.



Esta iniciativa contou com as intervenções de Michael Kingsley, director executivo da UNRWA (Agência das Nações Unidas para a Assistência aos Refugiados Palestinos no Médio Oriente), com sede em Gaza, Pierre Galand, antigo senador socialista belga e presidente da Coordenação Europeia das Organizações de Apoio à Palestina, Miguel Urbano Rodrigues, escritor e jornalista, Francisco Assis, deputado socialista ao Parlamento Europeu, Silas Cerqueira, coordenador do MPPM e Mussa Abunaim, ministro conselheiro da Delegação Geral da

Palestina em Lisboa, em representação da embaixadora Randa Nabulsi, que se encontrava doente.

O Seminário contou com a presença de mais de 150 pessoas, entre as quais os representantes diplomáticos da Arábia Saudita, Egito, Irão, Líbia e Tunísia.

Miguel Urbano Rodrigues referiu-se aos problemas globais da região e à sua participação no recente Fórum Internacional de Beirute. Salientou a necessidade de uma solidariedade internacional com o povo palestino em face da barbárie israelita.

Francisco Assis focou quatro aspectos: a importância da solidariedade com a Palestina, a manutenção da esperança no processo de paz, a convicção de que a eleição de Obama alterará o papel dos EUA na tentativa da resolução do conflito israelo-palestino e a necessidade de uma intervenção da União Europeia para pressionar Israel.

Silas Cerqueira apontou como causa do conflito a natureza colonialista do Estado de Israel, um último colonialismo do século XXI que não tem o direito de existir. Frisou que os dirigentes israelitas se enganaram nesta guerra contra Gaza, pois não contavam com a resistência do Hamas: não conseguiram derrubar o Hamas e não puseram termo ao lançamento de morteiros. Afirmou que o colonialismo pode ser derrotado ou pela resistência ou pela negociação, ou por ambas, como tentava Yasser Arafat, que foi assassinado. Concluiu, dizendo que não se pode desligar o colonialismo israelita do imperialismo ocidental, especialmente norte-americano.

Michael Kingsley começou por apresentar um documentário vídeo sobre a destruição de Gaza, forneceu informações sobre a UNRWA, relatou os acontecimentos no terreno e discorreu sobre o que podemos e devemos fazer. Considerou cinco condições essenciais para se retomarem as negociações: 1) O cessar-fogo; 2) A abertura das fronteiras; 3) O restabelecimento da actividade comercial e industrial; 4) A investigação sobre a forma dos ataques e a instauração de processos quanto aos crimes de guerra; 5) A necessidade de reconciliação das duas facções palestinianas.

Pierre Galand referiu a decisão da União Europeia, em Dezembro passado, de elevar o grau das suas relações com Israel, resolução entretanto congelada devido à invasão de Gaza. Alertou para que a Europa não se transforme numa ONG humanitária que pague os custos de reconstrução de tudo o que Israel vai sistematicamente destruindo nos territórios palestinos. Nunca a União Europeia pediu contas a Israel pela destruição de todas as estruturas que foram erguidas com o dinheiro dos contribuintes europeus. Notou que o problema da Palestina é o mais antigo conflito do planeta e que sem a sua resolução não haverá paz no Médio Oriente nem mesmo no

Mundo. Referiu também um episódio curioso: a estátua de Godofredo de Bulhão (primeiro soberano do Reino Latino de Jerusalém, embora não tivesse usado o título de rei) que se encontra em Bruxelas (Godofredo nasceu num território que faz parte da actual Bélgica) tem no pedestal uma inscrição dizendo que o mesmo morreu em Jerusalém, na Palestina. Ora as autoridades israelitas têm feito as maiores diligências para apagar do pedestal a referência à Palestina, embora sem êxito.

Notou Pierre Galand que a fim de satisfazer as pretensões de Israel a União Europeia chega a violar os seus próprios regulamentos, refugiando-se sistematicamente por detrás da equidistância, com a cumplicidade dos americanos, para desculpar a política de Israel. Disse que se a Carta do Hamas não reconhece o Estado de Israel também a Carta do Likud não aceita que seja criado um Estado Palestino. Referiu ainda que os bancos dos países ocidentais financiam a construção de colonatos na Cisjordânia, que Israel funciona como o porta-aviões do Ocidente no Mediterrâneo e que um grande impulsionador da adesão israelita à NATO é o presidente do Clube de Bidelberg, o visconde Étienne d'Avignon, de nacionalidade belga. Por fim, referiu que em 4 de Março próximo (seguindo o exemplo do Tribunal Russell para os crimes de guerra no Vietname) será constituído o Tribunal Russell para a Palestina que terá comissões de apoio em diversos países.

A concluir as intervenções, Mussa Abunaim, em nome da Delegação Geral da Palestina, agradeceu a realização desta iniciativa do MPPM e disse que nada teria a acrescentar, já que os oradores precedentes tinham abordado todos os grandes problemas que neste momento o povo palestino enfrenta.

Seguiu-se um período em que a assistência colocou questões aos membros da Mesa, tendo o Seminário sido orientado pelos co-presidentes do MPPM, Isabel Allegro de Magalhães e Mário Ruivo.

A LUTA DO POVO DA PALESTINA É INDISSOCIÁVEL DA DOS POVOS VIZINHOS

Miguel Urbano Rodrigues



Boa tarde senhoras e senhores, meus amigos

Não é fácil para mim falar aqui: eu nunca estive na Palestina e não sou um especialista. Estão aqui, pelo menos, três especialistas, não é, a começar pelo Silas Cerqueira, o Pierre Galand - o velho amigo - e Michael Kingsley.

Mas eu estive recentemente no Líbano e vou falar um pouco sobre problemas globais da região.

Do Fórum Internacional em que eu participei, escrevi dois artigos que foram divulgados em Portugal, no Brasil e em várias webs - não no resto da imprensa portuguesa - em que procurei sintetizar o que vi e o que senti em Beirute. Tive oportunidade, também, de dar um salto, de estar dois dias em Damasco. Do que vi e senti, evidentemente, quase nada correspondeu àquilo que esperava. Quando nós vamos a qualquer lado temos uma ideia do que é que vai ser e foi quase tudo muito diferente.

A primeira coisa que me surpreendeu em Beirute foi que eu ia muito à procura dos vestígios, na cidade, da guerra, dos bombardeamentos bárbaros e selvagens, do que foi a agressão israelense e, por surpresa minha, verifiquei o seguinte: nos bairros a que chamaria burgueses, nos bairros ricos da cidade, dividida desde a guerra

civil na zona - como sabem - zona cristã e zona muçulmana, só por engano é que caiu alguma bomba nos bairros residenciais ricos. Em compensação, a fúria da barbárie sionista caiu sobre Beirute, sobre a zona pobre da cidade e a zona onde estava a resistência, onde estavam os bastiões principais do Hezbollah. Aí, sim.

Tive oportunidade também de viajar ao sul do Líbano e à medida que se ia para sul, os vestígios, as sequelas dessa barbárie eram mais visíveis, especialmente a partir de Tiro.

O Líbano é, como vocês sabem, um alto lugar, um berço da civilização humana, um lugar onde nasceu uma das primeiras grandes revoluções da humanidade, o primeiro alfabeto fonético, no norte, em Byblos. À medida que se ia para o sul, eram muito maiores os vestígios. Em Canaan, por exemplo, a destruição, os lugares onde morreram dezenas de crianças, as campas, os retratos delas, tudo isso contribuiu para o aumento da emoção. E na fronteira sul, de onde se viam, no Líbano, cidades e aldeias de Israel e postos militares de Israel, na zona da fronteira, um pouco à direita das chamadas colinas de Golã, mas não longe da parcela da Síria que está ocupada por Israel, o contacto com as populações e ouvi-las, aí é que causava essa impressão, o não esperado, o que é diferente, que é do domínio já do sentimento.

Em primeiro lugar, havia sentimentos muito contraditórios de indignação, de revolta e ao mesmo tempo de orgulho da resistência.

Depois de tanta humilhação, havia a maneira como Israel tinha sido militarmente derrotado, como todos os planos foram a pique; na realidade, houve uma derrota militar de um exército de forças armadas que se julgavam invencíveis. Quer dizer, o mito da invencibilidade e das vitórias acumuladas que vinham desde a partilha, acabou ali. Então havia isso.

E, por outro lado uma ideia, um grande cepticismo quando se fala da paz, quando se fala dos dois Estados, aquelas populações que sofreram a guerra de uma maneira muito directa têm uma descrença total, um desprezo por Mahmoud Abbas - vou falar com franqueza, quero transmitir aquilo que vi e o que escrevi - um desprezo total por Mahmoud Abbas, por todo esse discurso de que é possível a paz, dizendo que não acreditam porque há um convencimento generalizado, sobretudo na fronteira, de dirigentes da resistência com quem falei antes das eleições - eram duas semanas antes - dizendo que, no fundo, quer para Tzipi Livni, quer para a extrema direita israelense, o objectivo inconfessado é expulsar-nos. Não foi por acaso que Tzipi Livni disse que a minoria árabe que vive dentro do Estado de Israel deveria ir viver para a Cisjordânia, ou para outro lado, que não faz sentido que continuem a ser cidadãos de Israel, quer dizer os árabes que têm documentação israelense.

De maneira que existe essa ideia e, por outro lado, também, uma ideia muito generalizada, dizendo que, no mundo, nós ouvimos agora o discurso de Obama e os elogios, mas há um convencimento de que em breve haverá uma grande desilusão com a política real em relação à região, da nova administração americana. Embora posteriormente corrigida a ideia de Jerusalém una e indivisível, proferida durante a visita a Israel de Obama, como outras declarações que ele fez posteriormente, o facto de ter como Subsecretário, como Chefe de Gabinete na Casa Branca uma personalidade, Rahm Emanuel, que é um sionista, que foi voluntário do exército israelense em guerras na região e que é considerado um sionista fanático, e o facto de manter Robert Gates como Secretário de Defesa, são toda uma série de indícios que levam a um grande cepticismo.

Recordando o que disse o Mário Ruivo, a propósito da barbárie, eu senti como ele. Eu pertenço a uma geração que visitou os campos de concentração, que viu Auschwitz, os fornos, as câmaras de gás, Treblinka, Birkenau. É preciso ter sentido o que foi a barbárie nazi, a destruição do ghetto de Varsóvia, para encontrar algo similar, no tempo moderno, na barbárie sionista. Eu senti exactamente isso.

Disse que ia falar um pouco sobre a região, a propósito da estratégia de Obama. E parece-me que é importante termos a consciência disso.

É-nos dito agora, e desde o início, já durante a campanha eleitoral, que as tropas americanas, as forças armadas, iriam ser retiradas do Iraque, num período relativamente curto - primeiro eram 18 meses, agora não se sabe exactamente quando - mas que um esforço de guerra seria intensificado no Afeganistão.

Eu tive oportunidade ao longo da vida e conheço relativamente bem, tanto quanto é possível - são regiões muito vastas - a maioria das antigas repúblicas, de várias visitas à Ásia Central, ao Tajiquistão, Uzbequistão, Cazaquistão e estive 4 vezes no Afeganistão durante a revolução afegã, numa altura em que as mulheres tinham o rosto descoberto. Agora fala-se nos talibãs, como as sete organizações de Peshawar, mas todos os primeiros governos foram lá postos pelos americanos, pelos Estados Unidos, são criações do imperialismo norte americano.

Nessa época, em que as mulheres andavam de fuzil a tiracolo, em que havia duas vezes mais mulheres do que homens nas universidades de Cabul, na Universidade Jalalabad - ao contrário do que acontece hoje, em que houve uma involução em todos esses aspectos - tive ocasião, nesse período, de atravessar a cordilheira e de ficar com a convicção de que é um povo que é guerreiro, desde os tempos do Alexandre da Macedónia, que foi quem primeiro, com os antepassados dos actuais pashtuns, enfrentou essa extraordinária capacidade de defender a sua terra que têm os afegãos de várias etnias Era um povo diferente do que é hoje, mas os pashtuns, são povos indo-europeus ou arianos, muito mais arianos do que aqueles de que o Hitler falava.

E a guerra do Afeganistão é uma guerra que está perdida, vai continuar a ser perdida e quero chamar a atenção para um pormenor: eu tenho uma péssima ideia da comunicação social portuguesa, considero que é das piores e mais perversas do mundo, que mais desinforma e que procura difundir a ideia em relação a situações como essa do Afeganistão que será fácil de resolver o problema. Não será. Será praticamente impossível ganhar a guerra e a ideia de que os responsáveis são os talibã é falsa. Na fronteira, lutam as tribos da fronteira, sejam os Mohmand, os Shinwari, os Waziri.

Fala-se também da Al-Qaeda do Iraque, o que também é outro mito. No povo afegão não há nem 0,1% de afegãos que falem árabe, a Al-Qaeda é uma organização árabe. O Iraque é um país onde a língua oficial é o árabe. No Afeganistão não se fala árabe, falam árabe alguns mulahs, alguns sacerdotes que estudaram o Corão. É uma língua estrangeira, é uma cultura completamente diferente da deles, não tem nada a ver. Há imensa gente que combate as tropas do ocupação da NATO no Afeganistão que não tem absolutamente nada que ver com a Al - Qaeda, não tem nada a ver com os árabes. Inclusivamente, eu conheci, através de amigos meus, antigos dirigentes do Partido Popular Democrata do Afeganistão que combatem também na fronteira, no meio dessas tribos. Isto só para chamar a atenção a propósito desta desinformação.

Queria também dizer, ainda sobre a desinformação, no momento em que está na ordem do dia a temática, que tudo isto está inseparável. Eu falei do Fórum de Beirute. Das intervenções dos delegados - houve delegações de 66 países -, algumas das intervenções que foram ouvidas com maior atenção foram as dos delegados iranianos. Os delegados iranianos, até pela ajuda que dão, material e tudo, são olhados com grande simpatia. Também não quero entrar em pormenores, mas notei: falei com dirigentes do Hezbolah e com dirigentes do Hamas, e é muito mais fácil o diálogo e discutir determinados temas, inclusivamente, ideológicos com o Hezbolah, apesar da legenda negra, do que com representantes do Hamas.

Faço aqui, outra vez, um parêntesis para voltar atrás. A barbárie israelense desencadeia depois um radicalismo que passa para o domínio não só da violência, quase da irracionalidade e da agressividade. Havia membros palestinos que participaram no Fórum, que desenharam o mapa da Palestina grande, na sala, que era no edifício da UNESCO, e a seguir estava a frase “do mar até ao rio é tudo terra palestina”. Nem no Líbano, nem nos palestinos, jamais aparece a palavra Israel em algum mapa, que esteja em qualquer lugar. Não aparece. Então, centenas de pessoas, e não só palestinos, assinavam, punham a assinatura nesse mapa que estava coberto de assinaturas. Desenharam também a bandeira de Israel, à entrada, para que as pessoas ao passar a pisassem. E havia um jogo com dardos, quem quisesse ia jogar dardos em cima do retrato de Olmert, ou de Tzipi Livni. Isto para mostrar como é que depois são as consequências desta política sionista que leva a um radicalismo deste tipo.

Voltando à questão do Irão, a simpatia pelo Irão e ao mesmo tempo uma relação que se vê de grande solidariedade do Irão. Eu aproveito para dizer que estive há dois anos no Irão numa visita de quase três semanas - dizia Lenine, permitam-me aqui uma citação, que a ideologia da classe dominante é sempre determinante, tem uma influência decisiva no comportamento de uma sociedade; isto para dizer que todos somos sempre influenciados pela ideologia dominante da sociedade onde vivemos - e então, ao chegar ao Irão, eu era de alguma maneira influenciado, embora seja um estudioso da história antiga do Irão, por tudo o que tinha ouvido. E evidentemente que a realidade não corresponde em nada. Não é por acaso que há, também, essas campanhas que lançaram um míssil de dois ou três mil km de alcance. Não se pode comparar o Irão a uma tendência. Mesmo pessoas com níveis de cultura apreciável em Portugal, quando pensam no Irão pensam em Marrocos, Argélia, Tunísia, Egípto.

O Irão é um país em que o nível de desenvolvimento das forças produtivas é tal que, para encontrarmos uma comparação a países do chamado de terceiro mundo, teremos de pensar no Brasil, na Argentina ou no México, justamente por esse desenvolvimento das forças produtivas. Tem uma baixa taxa de analfabetismo, um elevado nível de cultura nas classes educadas e uma capacidade científica e tecnológica completamente diferente dos outros países. Basta dizer que é um país que produz 500 000 automóveis por ano - a maioria de empresas nacionais, não são de transnacionais -, é exportador de alimentos, tem dezenas de milhões de ovelhas, de cabras de vacas, que produz cerca de quarenta vezes mais trigo que Portugal. Exporta trigo, exporta cevada, tem uma rede de auto-estradas superior a qualquer país latino-americano e sem violência na rua. No Irão, não há nenhum homem, a não ser os sacerdotes, os mulahs, os ayatolahs, que não vista roupas ocidentais.

Evidentemente temos todos os problemas ligados a condição das mulheres, mas também aí as leis não são cumpridas. Em todas as casas de chá está escrito: “é determinantemente proibido as mulheres fumarem”. Estão todas fumando, jovens e velhas. Ninguém liga.

Também, quando se fala de fanatismo, ao contrário do que acontece no Líbano, do que acontece no Iraque, do que acontece no Afeganistão, ninguém pára na rua para a hora que se chama de oração, nunca vi ninguém parar na rua, ninguém a descalçar os sapatos, só nos santuários é que é obrigado a descalçar os sapatos, entra-se nas mesquitas de sapatos calçados.

Bem, eu vou terminar, estou no limite do tempo. Então queria terminar dizendo que, ao falar destas generalidades, eu penso que não podemos discutir a solidariedade com o povo heróico da Palestina sem enquadrar a luta desse povo com a dos povos vizinhos, a do Líbano que, também, é um povo que tem uma verdadeira saga na resistência à agressão israelense, a do povo da Síria vizinha, a de todos aqueles povos, e a outros países que são da região.

Eu penso que, neste momento, as perspectivas não são nada optimistas, nem em relação à actuação da administração Obama, ao governo que saia das eleições de Israel. O Netanyahu, o líder da direita, já disse que era preciso acabar com Gaza, que é preciso terminar o que não foi terminado, não sou optimista.

Penso que a solidariedade internacional, que é tão importante em todas estas lutas, o será cada vez mais num mundo como aquele em que nós vivemos, porque se há neste momento povos que estejam a encarnar valores eternos da condição humana, são os que lutam, naquela região, contra a barbárie sionista e contra os seus aliados imperialistas.

Fico por aqui.

A RESPONSABILIDADE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Francisco de Assis

É com muita honra que aqui estou, pedindo antecipadamente desculpa pois, mal termine este primeiro painel, vou ter que me ausentar. Mas não quis deixar de estar aqui hoje para dar um testemunho de solidariedade e para fazer alguma análise e algum apelo.



Em primeiro lugar, o testemunho de solidariedade para com o Povo Palestino. Tenho participado nalgumas iniciativas desta natureza, tendo ao meu lado pessoas com quem divirjo em quase tudo: não temos o mesmo esquema conceptual de abordagem da realidade, não temos a mesma representação política, não partilhamos as mesmas doutrinas, temos profundas divergências em relação aos mais diversos aspectos, mas compreendemos que há momentos e situações que são de tal maneira graves e ponderosos que exigem que nós estejamos todos juntos e presentes, independentemente dessas mesmas divergências. E eu creio que este é um caso claro em que isto se passa e, por isso, essa é a minha razão fundamental para estar aqui e para dar, numa iniciativa desta natureza, a solidariedade que vale o que vale, mas que da minha parte significa a assumpção das minhas responsabilidades cívicas e políticas.

Perante o que se tem passado na Palestina, eu creio que nós não temos o direito de ficar calados. Temos o dever e obrigação de exprimir com toda a veemência a nossa indignação e, antes até de qualquer juízo de natureza política, de abordagem política do problema, há um juízo de natureza moral, há uma abordagem de natureza puramente moral, há uma reacção de natureza puramente moral, que nós não podemos deixar de fazer e, portanto, a minha primeira palavra é sempre a manifestação de uma profunda indignação pelo que se passa e de uma profunda solidariedade para quem é vítima do tudo aquilo que se está a passar. Do que não há dúvida nenhuma, é que nós não estamos perante uma relação simétrica no conflito israelo-palestino, nós não estamos perante dois povos que estão neste momento a sofrer os mesmos males. Nós estamos perante dois povos que estão em situações bastante diferentes: os palestinianos estão numa situação muito diferente e muito pior do que os israelitas e estão-no há longas décadas.

Olhando para a história da humanidade, raramente encontramos um povo que ao longo de tanto tempo tivesse sofrido um martírio tão constante como infelizmente tem afligido os palestinianos, obrigados a sair das suas casas, a abandonar as suas aldeias e as suas cidades, obrigados a partir para uma errância que parece não ter fim e, por todos os lados por onde vão passando, sempre num estatuto de segunda classe, sempre sem os mesmos direitos que os outros, sempre com o estatuto de absoluta subalternidade. Esta situação é absolutamente inaceitável. E quando, de tempos a tempos, nos confrontamos com situações ainda piores, ainda mais agudas, como aquela da recente agressão em Gaza, a verdade é que também não devemos perder de vista que apenas se trata, infelizmente, de uma actualização, porventura ainda mais dramática e mais trágica, do que tem sido o sofrimento constante, um sofrimento perene por parte dos Palestínianos.

E, por isso, nós temos a obrigação, todos quantos desempenhamos actividade política e nos batemos por alguns princípios e desempenhamos essa actividade política em função de um conjunto de valores e princípios e, em primeiro lugar, em função do princípio dos Direitos Humanos e da dignidade da pessoa humana, seja quem for, pertença a que povo pertencer, tenha a história que tiver, nós temos a obrigação de dizer que há hoje, neste momento, no mundo, muito perto de cada um de nós, muito perto da consciência de cada um de nós, um povo que está a ser profundamente violentado todos os dias nos seus direitos mais elementares. E é por isso que diria que eu também nunca estive na Palestina mas, de certa forma, nós estamos todos os dias na Palestina, temos a obrigação de estarmos todos os dias na Palestina: estar todos os dias na Palestina significa estar todos os dias solidários com essas pessoas, solidários com os Palestínianos; e essa é a primeira questão que aqui queria colocar.

A segunda questão é dizer-vos que, apesar de tudo, é preciso ter alguma esperança em relação a este processo. Eu creio que nós, quando nos dedicamos à vida pública, temos que viver sempre neste equilíbrio instável, entre o realismo, que às vezes pode levar ao desespero, que às vezes pode levar a perda completa de qualquer esperança, e alguma esperança, alguma confiança em que as coisas possam mudar. E, para que as coisas possam mudar, aqueles que têm responsabilidades na vida política internacional, na vida política de cada estado, têm que assumir também, têm que olhar para este conflito de maneira diferente.

Eu creio que o grande factor de esperança neste momento assenta em dois aspectos. Primeiro, eu creio que há da parte da opinião pública internacional - e concordo com a necessidade de sensibilizar permanentemente a opinião pública -, que há da parte da opinião pública internacional, apesar de todas as dificuldades em que essa opinião pública se forme de modo rigoroso e claro, há da parte da opinião pública internacional, uma cada vez maior adesão, não direi a esta causa, mas a esta preocupação. Há cada vez mais gente, há cada vez, por todo o mundo, mais pessoas que têm noção que esta situação é absolutamente intolerável e para isso nem sequer é preciso fazer nenhuma comparação com nenhuma outra tragédia histórica que tenha afectado qualquer outro povo, porque nenhuma tragédia explica outra tragédia, nenhuma tragédia desculpa outra tragédia, e a história não pode ser sempre uma sucessão de tragédias, no fundo a anularem-se uma às outras. Os povos que viveram tragédias e foram vítimas de tragédias não ficam com especiais deveres. Eles não têm que se estar sempre a lembrar do sofrimento absoluto a que foram submetidos como se isso também aumentasse as suas responsabilidades e os seus deveres. Mas também não ficam, naturalmente, com direitos especiais em relação aos outros. Por isso, eu não seguiria por esse caminho de estarmos a fazer permanentemente essa comparação de tragédias. Esta é, de facto, uma tragédia imensa, uma tragédia enorme que afecta concretamente aquele povo e é em relação a ela que me parece que há hoje cada vez mais, a nível internacional, a noção de que é necessário

combatê-la, é necessário prestar apoio, que é necessário estar atento e pressionar aqueles que têm responsabilidades políticas - porque é aí que, em última instância, o problema se poderá ou não resolver -, no sentido de terem um outro olhar para o conflito israelo-palestino. Essa é uma das razões para ter alguma esperança, porque as opiniões públicas, quando de facto aparecem, quando surgem com força, têm uma enorme capacidade de influenciar, têm hoje uma enorme capacidade de conduzir à alteração de vários acontecimentos políticos.

Em segundo lugar, eu acredito que a eleição do presidente Obama, tenha vindo alterar substancialmente os dados políticos da questão a nível internacional. Independentemente da posição que cada um possa ter em relação ao papel dos Estados Unidos no Mundo, há uma coisa que é evidente: que esse papel é relevante e absolutamente fundamental. Os EUA podem e devem ter, para o melhor e para o pior, um papel essencial na resolução do conflito israelo-palestino e na resolução dos vários conflitos que existem e que marcam hoje a vida do Médio Oriente e que não se resumem a este. Este é, porventura, o mais explosivo e mais mediático, mas não é naturalmente este o único que marca hoje a vida no Médio Oriente e há portanto um outro olhar por parte do EUA, uma outra actuação por parte dos EUA e eu acredito que possa vir a contribuir fortemente para alterar a situação. Ora, nos últimos anos, os EUA estiveram prisioneiros de uma visão em relação ao Médio Oriente - que, aliás, foi a visão em relação ao mundo todo -, assente numa associação entre a pior das correntes neo-liberais e a pior das correntes neo-conservadoras, uma visão, aliás, absolutamente ideológica, a mais ideológica das visões que marcaram a abordagem da política internacional nas últimas décadas e que conduziu à abordagem mais primária que se poderia imaginar em relação aos problemas do Médio Oriente. E, portanto, os EUA foram uns intervenientes absolutamente negativos em todo aquele processo. Essa mistura de neo-liberalismo e de neo-conservadorismo, essa associação, depois, à direita evangélica, ao republicanismo evangélico, num determinado momento entendeu que também tinha por missão histórica associar-se aos sectores mais retrógrados e mais reaccionários do estado de Israel, para actuarem com preponderância numa lógica de hegemonia absoluta em relação a toda aquela região. Essa associação de todos esses aspectos levou, de facto, a uma mistura explosiva e de consequências absolutamente desastrosas para toda aquela área. Ora isso mudou com a eleição do presidente Obama e isso permite-nos ter alguma esperança. Há alguns sinais na sua intervenção e é em relação a esses sinais que eu quero ver essa esperança de que as coisas devem mudar.

Em primeiro lugar, é preciso olhar sem excessivos preconceitos ideológicos, sem excessivos preconceitos de qualquer ordem, para toda aquela região e é preciso que a diplomacia volte a actuar e volte a desenvolver a sua actividade. Foi, aliás, um conservador, um homem republicano, o antigo Secretário de Estado James Baker, que afirmava, há uns anos atrás, que a diplomacia existe para nós falarmos com aqueles que são nossos inimigos, porque se nós só tivéssemos amigos, não tínhamos praticamente necessidade de actividade diplomática. A diplomacia existe, fundamentalmente, para nós podermos dialogar com aqueles com que temos divergências, para podermos aproximar posições, para podermos superar alguns muros que nos afastam. E é, por isso, fundamental que os EUA relancem o diálogo e se disponibilizem para falar com todos os países e com todos os regimes daquela zona do mundo - com o Irão com a Síria e com os demais países da região. E eu tenho visto no presidente Obama e na administração Obama uma vontade nova de estabelecer, de facto, um novo relacionamento político com aquela região. É verdade que há toda uma história, é verdade que há toda uma memória que, de alguma maneira, cria dificuldades de parte a parte a esse diálogo. Mas, meus caros amigos, uma das artes da política também é, muitas vezes, saber pôr a memória um pouco de lado. A memória e a história são fundamentais, mas muitas vezes o excesso de história, o excesso de memória, conduzem à não resolução dos

problemas. É preciso que o excesso de história e o excesso de memória não levem a posições absolutamente rígidas e cristalizadas. E eu creio que poderá, aqui, estar-se na eminência de um novo caminho, um caminho de aproximação no sentido real. Ninguém pede aos americanos, aos iranianos ou aos sírios que passem todos, naturalmente, a aderir às mesmas teses, a organizar-se segundo os mesmos modelos. Aliás, esse foi o grande erro anterior, era uma espécie de projecção de um determinado modelo de organização política e económica numa outra região. Isso é completamente absurdo. Agora, o que se pede é que haja capacidade para dialogar, para buscar alguns entendimentos, que são de facto fundamentais para alterar o xadrez político regional.

Em segundo lugar, a União Europeia deve assumir também, de uma forma diferente, as suas responsabilidades. A União Europeia tem hoje uma participação activa naquela região, a União Europeia tem uma participação, nomeadamente, no financiamento daquela região e deve exercer as suas responsabilidades políticas. Felizmente, para nós europeus, temos hoje uma situação diferente daquela que tínhamos há uns anos atrás ou há algumas décadas atrás. Muitos países olhavam para nós como antigas potências colonizadoras e nós tínhamos esse lastro, essa memória profundamente negativa. Infelizmente, o mau comportamento dos EUA em épocas mais recentes, levou a que, de certa maneira, a Europa passasse a ser vista e passasse ela a ter um capital de que não dispunha no rescaldo de descolonização de todos esses países. E a verdade é que a União Europeia pode ter hoje aqui um papel mais activo; e ter um papel mais activo, no meu ponto de vista, resume-se a uma simples coisa: a União Europeia tem a obrigação moral de pressionar as autoridades israelitas no sentido de elas alterarem radicalmente as suas posições. É uma afirmação simples, mas é uma afirmação incisiva e é uma afirmação muito clara, porque até hoje não tem havido da parte do estado de Israel, nos últimos anos não tem havido por parte do estado de Israel, uma atitude consentânea com aquilo que muitas vezes tem sido o discurso dos seus principais dirigentes de criação de um novo estado palestino, de criação de condições para que os dois estados possam coexistir. A manutenção da política dos colonatos, a expansão permanente dos colonatos que tem vindo a suceder, a forma como tem vindo a ser construído o muro que, verdadeiramente, não garante apenas o isolamento dos dois povos, mas impede uma vida autónoma, em dignidade, dos palestinianos, que praticamente não lhes garante a autonomia naquilo em que ela é, desde logo vital, que é o ponto de vista económico, a situação de total indignidade em que vivem a maior parte dos palestinianos que têm de se deslocar e que têm de ultrapassar essas barreiras e esperam horas e horas para poder ir vender os seus produtos, que esperam horas e horas para poder receber um tratamento hospitalar a que têm direito como qualquer ser humano em qualquer parte do mundo, que têm de estar ali nas piores circunstâncias, sujeitos sistematicamente a comportamentos que evidentemente os aviltam e põem em causa a sua dignidade em aspectos fundamentais - tudo isso são situações que em nada concorrem para a resolução do problema e que, depois, fazem surgir em muitas pessoas essa ideia de que não há, por parte do estado de Israel, nenhuma vontade de o resolver. E, portanto, a União Europeia tem a obrigação de pressionar o estado de Israel e eu creio que nós todos podemos ter aqui algum papel. A União Europeia não é uma entidade abstracta, a União Europeia somos nós todos, são vários órgãos, são vários países, a União Europeia somos nós todos enquanto elementos constitutivos desses mesmos países e que nos devemos ver representados nesses órgãos e portanto há aqui um papel que a União Europeia deve ter.

E, por último, queria também dizer-vos o seguinte: já aqui há dias, numa outra reunião, tive oportunidade de dizer isto, que é o argumento - que me parece particularmente inaceitável e que tenho muitas vezes ouvido ser utilizado aqui em Portugal - que é o argumento de opor e, de certa maneira, até de assumir uma certa superioridade do estado de Israel em relação aos estados vizinhos por uma razão muito simples que é, na óptica desses analistas, o modelo de organização democrática do estado de Israel por oposição a outros países que não

se organizam da mesma forma. Não entrando aqui na discussão de saber se assim é ou não é, tendo embora uma posição clara sobre isso – e, evidentemente, que o estado de Israel é um estado em que funcionam os tribunais, há um pluralismo de posições e de pontos de vista, há uma imprensa livre - não entrando nessa discussão, devo dizer-vos que esse argumento é um dos argumentos mais cínicos que se pode utilizar. Porque admitir que um estado, mesmo que ele fosse modelarmente democrático, mesmo admitindo que nós estamos perante uma democracia modelar no seu funcionamento, admitir que um estado, só pela circunstância de ser uma democracia, pode “democraticamente” tomar a decisão de pôr em causa, de aviltar outro povo, é um dos argumentos mais cínicos e mais inaceitáveis. Porque a democracia tem limites: o limite da democracia é o limite do respeito pelos direitos humanos, o limite da democracia é precisamente o respeito pelos direitos essenciais dos outros e, infelizmente, isso não tem sido absolutamente garantido naquela região

Meus caros amigos, era apenas esta reflexão que hoje aqui queria fazer convosco. Não estivemos, todos que aqui estamos, muitas vezes juntos no passado, não sei se iremos estar juntos muitas vezes no futuro, mas devo dizer-vos que eu hoje fiquei muito honrado - não direi que tenha ficado muito alegre, porque o motivo por que estamos hoje aqui não é motivo para criar alegria a ninguém - mas senti-me muito honrado por estar acompanhado de quem estou, numa luta que eu acho que é muito importante e numa causa que é hoje das mais justas precisamente por ser das mais trágicas com que nós nos podemos confrontar.

A NATUREZA COLONIALISTA DO ESTADO DE ISRAEL

Silas Cerqueira

Começarei por reparar duas involuntárias falhas de protocolo. Primeiro, o nosso convidado da UNWRA, Director Executivo da UNWRA chama-se Michael Kingsley Nyinah, porque ele é ganês e o seu nome ganês é Nyinah e de outro modo podia-se pensar que ele seria britânico ou de outra nacionalidade. Não é ofensa nenhuma ser britânico, mas devemos respeitar a realidade. Por outro lado, queria saudar a presença aqui, pelo que vejo, de vários embaixadores ou representantes de embaixadas. Temos muito gosto na vossa presença e desejaremos manter boas relações para o futuro nesta causa comum que é a causa da Palestina e da Paz no Médio Oriente que dá nome ao nosso Movimento.



Já agora, permito-me saudar, também, o orador precedente o Francisco Assis, que gostei de ouvi. E estou de acordo com muito do que ele disse, só exprimindo a minha perplexidade perante, digamos, a acentuação das divergências entre nós, porque penso que o que nos une é mais importante do que aquilo em que divergimos. Por exemplo, o Francisco Assis é socialista, eu sou comunista, mas não estou aqui a título do meu partido, nem ele próprio está aqui a título do seu partido, logo deveríamos até concordar substancialmente, porque ambos os partidos têm como objectivo o Socialismo, portanto não vejo razão para acentuar essas divergências.

De qualquer modo, e perdoem-me, enfim, esta forma de tratar do assunto, continuando, em matéria de divergências, também não estou inteiramente de acordo com o que disse o nosso Presidente no início da sessão, porque aquilo que ele disse é o que se diz, efectivamente - foi a “revanche” da derrota no Líbano, foi isto e foi aquilo - mas o Seminário, se quer ser científico, tem que ir para além das aparências, tem que ir à essência da

questão e então o que os dados mostram e numa análise que ultrapassaria o tempo que me é dado, é que tudo isso foram, digamos, pretextos avançados.

Como disse a Comissária Geral da UNWRA, Karen AbuZayd, uma amiga minha de há anos - e foi por isso, por aquilo que ela disse, que pensámos em convidá-la a vir -, ela disse, ainda antes da invasão e da guerra destruidora de Gaza, que essas questões das contradições com o Hamas, etc., eram secundárias e que Gaza está no limite de se tornar o primeiro território reduzido, intencionalmente, a um estado de destituição objecta e condenou esta anulação de Gaza não só por Israel, mas pela comunidade internacional, como cúmplice.

Eu penso que isto é corajoso da parte de uma alta dirigente, enfim uma alta funcionária das Nações Unidas, que de acordo com as regras estritas não pode alargar-se, a matéria, digamos assim, política.

E efectivamente, eu direi o seguinte: se analisarmos o que se passou, vê-se claro que não teve absolutamente nada a ver com os morteiros artesanais mandados de Gaza. Pode-se discutir se foi politicamente oportuno, isso é outra questão. Pode-se discutir isso, mas é evidente que o princípio da resistência é sagrado e resistir à opressão, ao colonialismo e ao fascismo é já uma conquista da liberdade da parte das forças e dos povos. Não quer dizer que todas as acções de resistência sejam, num determinado momento, oportunas, ou certas, ou que concordemos com todas elas.

Bom, mas na realidade, aquela vasta ofensiva militar estava preparada há longos meses. Mais ainda: desde que os palestinos foram encerrados em Gaza, como a maior prisão ao ar livre do mundo, que uma acção deste tipo estava prevista, que o bloqueio visa e tem conseguido reduzir aquele povo pela fome. Portanto, tudo isto ultrapassa esses aspectos, que sendo embora reais, de facto, são um efeito e não uma causa. A causa é outra, e aí irei mais longe que o nosso companheiro Francisco Assis. A causa está no colonialismo, na natureza colonialista do Estado de Israel. E aquilo que é legítimo pôr é que no século XXI, este último colonialismo mais perverso, mais armado até com a arma nuclear, não tem o direito de existir.

Como o Estado português, quando era colonialista, também não tinha direito de existir como estado colonialista e uma vez derrubado, não por outras forças, mas por nós próprios, - incluindo o major Tomé, que está aqui na minha frente -, uma vez derrubado esse Estado, bom, procurámos construir os fundamentos de um outro Estado, um Estado que não é colonialista, antes pelo contrário, como define a Constituição no seu artigo 7º, e com isso desenvolveu as melhores relações de amizade e cooperação com os povos até então colonizados.

Portanto, foi essa a acção deliberada e mais direi o seguinte: uma acção desse tipo vai-se repetir; se os problemas de fundo e de raiz não estiverem resolvidos, vai-se repetir.

É claro que foi uma acção onde os dirigentes de Israel se enganaram redondamente. Eles não contavam com a resistência dos militantes do Hamas, eles não contavam com a resistência de todo o povo. Porque não é possível resistir àquela força brutal, aquela força efectivamente de tipo nazi, não é possível resistir se não há um apoio moral e material do povo, do povo que nos rodeia.

E, portanto, a derrota de Israel, a derrota política, não a derrota militar - no Líbano foi militar e política - mas a derrota do Estado de Israel no plano político vê-se pelos objectivos enunciados para a agressão.

O primeiro objectivo era erradicar o Hamas. Não erradicaram. Não, não conseguiram atingir nem capturar o núcleo dirigente do Hamas. Não conseguiram.

Depois o segundo objectivo passou a ser pôr termo ao lançamento dos morteiros. Já era um objectivo muito mais razoável.

Devo dizer que em relação ao primeiro objectivo Israel esteve próximo, mas aí intervieram também os movimentos de solidariedade, a opinião pública. A opinião pública mundial teve aí um papel decisivo, como já direi.

O terceiro objectivo, finalmente, foi alegadamente controlar o contrabando de armas nos túneis. Os túneis foram bombardeados, que não se imagina. Sabem que são muitas dezenas de túneis. Eu vi fotografias - era para ter

trazido uma e esqueci-me de a trazer - vi uma de um passador num túnel a fazer passar uma cabra, porque os túneis servem fundamentalmente para alimentar um povo que se pretende reduzir à fome. Portanto, o que passa por dezenas e dezenas de túneis - e há todo um processo complexo: construir os túneis não é fácil, tem que se pagar um arrendamento aos proprietários dos terrenos, há todo um processo, que, a que os egípcios fecham os olhos - toda esse sistema de túneis, que foi visado com o pretexto de contrabando de armas, todo esse sistema, efectivamente, serve para alimentar aquele povo.

E por isso, a UNWRA, no seu programa, e as Nações Unidas, reivindicam a abertura das fronteiras de forma a poder haver, não só a passagem de alimentos e de remédios, mas de bens comerciáveis, quer dizer dar-se vida de novo àquele povo.

Em relação a isto direi o seguinte: há notícias, por exemplo hoje - também convém trazer notícias de hoje - há notícias de que no dia 22 de Fevereiro haverá um encontro, no Egipto, entre dirigentes do Hamas e do Al-Fatah. Porque a cisão inter-palestina que o nosso Movimento lamenta, para não dizer reprova, a cisão inter-palestina é um dado fundamental de agressividade, da guerra da violência e do colonialismo israelita. Há, portanto, o anúncio deste encontro, mas que pode ser suspenso, em qualquer momento, porque quando há passos nessa direcção, surge logo um incidente qualquer e, portanto, não se avança e a questão cai por si.

Por outro lado há, também, a possibilidade de anúncio de um cessar-fogo de longa duração que talvez se venha a confirmar nos próximos dias. Bom, agora, repito, estas notícias positivas e uma outra, enfim, de que nós riremos um pouco, mas que tem significado: hoje dia dos namorados, S. Valentim, os horticultores de Gaza foram autorizados a exportar 25 000 cravos, ou seja a flor da nossa revolução, foram autorizados a exportar 25 000 cravos para a Holanda. Bom, não é de modo nenhum o fim do boicote, mas, enfim, foi uma concessão, foi uma concessão assim feita.

Agora como é que o colonialismo israelita pode vir a terminar? Como é que o colonialismo israelita pode ser, digamos, abolido?

Por um lado pela resistência, por outro lado pela negociação. E é lamentável que se vejam diferentes destacamentos palestinos, uns na posição de resistência, outros na posição da negociação, que neste caso pode significar quase uma rendição. Havia um dirigente, que combinava a resistência com a negociação, esse dirigente era Yasser Arafat, mas foi assassinado e não foi por acaso.

Portanto, nesta perspectiva, também, há uma questão de que as Nações Unidas não podem falar, mas de que nós, que somos Movimento não governamental, livre e independente, podemos falar. Isto é, é impossível encarar o fenómeno do colonialismo israelita separado do fenómeno do imperialismo ocidental e, em particular, do imperialismo americano. Isto, num Seminário científico é absolutamente necessário que se diga: eles estão intimamente ligados.

Agora, é verdade que a nova presidência mudou de estilo e talvez em certas áreas venha a mudar de política. Mas porquê? Precisamente porque enfrentou, a nova presidência enfrentou uma enorme resistência, porque teve fracassos, uns atrás dos outros, como um milhão e meio de mortos no Iraque, com centenas de milhares no Afeganistão e noutras áreas, portanto houve aí um recuo, digamos assim, forçado. Agora, em que medida isso se traduzirá numa alteração da política em si, ainda resta ver. Mas há uma condição indispensável: é que nós como movimento de opinião, continuemos a agir, a lutar, a pressionar, a protestar, a levantar a nossa voz. E por isso, também, estamos aqui neste Seminário que, dizendo isto tudo, é de acção.

Em relação à União Europeia, eu pedia depois, no período de esclarecimentos, que o Francisco Assis me explicasse, porque não sei, em que pé está aquela resolução que visava, creio que era na Assembleia, no Parlamento Europeu, creio que era isso, visava o "rehaussement", o "upgrading", digamos das relações entre Israel e a União Europeia. Isso passou-se antes da agressão, antes da guerra. Também o Pierre Galand, que é o especialista na matéria nos poderá esclarecer em relação a isso. Porque antes de pedirmos à União Europeia, que aplique sanções a Israel, teremos que começar por pedir que ponha de parte esse "rehaussement" esse

“upgrading” das relações comerciais, científicas e outras com Israel. Isso seria o primeiro passo. Não sei se isso está suspenso ou se já foi abolido.

Por isso, amigas e amigos aqui presentes - e devo dizer com satisfação com a sala quase cheia, incluindo vários jovens entre nós - por isso, nós, ao organizarmos este seminário, convidámos Michael Kingsley, - inicialmente tínhamos convidado a Comissária Geral, Karen AbuZayd -, para ele fazer aqui, não uma intervenção política como aquela que estou a fazer, mas para nos informar, em termos insuspeitos, sobre a situação humanitária em Gaza, porque pensamos que essa verdade é mais mobilizadora do que muitos outros discursos. Mas, também, convidámos o Pierre Galand, velho amigo, enfim e grande perito nas questões da EU uma vez que preside à coordenação europeia das associações de solidariedade com a Palestina, também o convidámos para ele nos esclarecer quanto à acção de solidariedade no âmbito da União Europeia e o que é que melhor podemos fazer.

Amigas e amigos, fico por aqui, sublinhando uma coisa que o Francisco Assis disse e com muita razão, esta questão é uma questão ética, é uma questão moral. Não podemos deixar, como escrevia aquele jornalista famoso, Robert Fisk, não podemos deixar que o assassinato deliberado de centenas de crianças e mulheres, de civis, não podemos deixar que isso seja uma notícia que se dá e que fique, por assim dizer, banalizada. Não, não pode ser! É um imperativo ético, no plano da consciência moral da humanidade. É um imperativo ético, porque esses crimes horrorosos são crimes estudados, são crimes planeados, são crimes planeados de longa data, com um só objectivo que é o de espalhar o terror e fazer com que os palestinos fujam de Gaza e fujam da Cisjordânia, para Israel ocupar. Mas foi sempre assim, amigos. É preciso saber: 1948 e 49, 1956, 1967, 1973, 1982 no Líbano, 2006 e sucessivamente. Sempre foi isto: matar, aterrorizar para que as populações árabes saiam - e aí temos os seis milhões de palestinos no mundo - para que para que as populações árabes saiam e para que o terreno fique vago para a ocupação colonialista de Israel.

Não somos contra o povo judeu, não somos contra os cidadãos de Israel, somos, sim, a 100% contra o colonialismo, que hoje é israelita, como foi português noutro tempo, como foi francês na Argélia, e que deve ser erradicado. E que o povo, o valente povo palestino, valentíssimo povo palestino, se veja finalmente livre num futuro de paz e de felicidade, que ele bem precisa.

A CATÁSTROFE HUMANITÁRIA EM GAZA

Michael Kingsley - Nyinah

Distintos convidados, colegas e amigos:

Falo-vos hoje em nome de Karen AbuZayd, Comissária-Geral da UNRWA. Karen AbuZayd teria tido o maior prazer em estar aqui presente, mas isso não lhe foi possível por já ter assumido outros compromissos, no momento em que recebeu o convite do MPPM. Karen AbuZayd pediu-me que apresentasse sinceras desculpas e os melhores votos de que esta conferência decorra com sucesso e dê resultados positivos.

Agradeço ao MPPM a organização deste seminário e o convite que dirigiu à UNRWA para se fazer representar entre os oradores. É igualmente devida uma palavra de gratidão ao público aqui reunido. Esta conferência e a vossa presença aqui são sinais reconfortantes de que os Palestinos não estão esquecidos, de que a luta palestina pela dignidade e pela justiça não está e não será esquecida. Independentemente do tempo que essa luta durar,



nós, na qualidade de membros da comunidade humanitária internacional, temos de continuar a apoiar os Palestinos e os refugiados da Palestina. Tenho a esperança de que, de uma forma modesta mas significativa, esta conferência venha a contribuir para manter viva a chama do apoio às aspirações legítimas do povo palestino.

Estou consciente de que o tema essencial desta conferência é Gaza e os terríveis acontecimentos que ocorreram em Gaza, entre 27 de Dezembro de 2008 e 18 de Janeiro de 2009. Mas permitam-me que, antes de abordar esse assunto, diga algumas palavras acerca da UNRWA. Como muitos de entre vós saberão, a UNRWA é uma agência humanitária e de desenvolvimento humano dedicada a servir uma população de cerca de 4,6 milhões de refugiados, em Gaza, na Cisjordânia, na Jordânia, na Síria e no Líbano. Esta agência oferece serviços públicos essenciais em cinco domínios principais.

Temos um programa de ensino primário para quase meio milhão de crianças refugiadas. Oferecemos cuidados de saúde primários em clínicas espalhadas pela região e proporcionamos uma rede de segurança de serviços sociais tendo como alvo as camadas de refugiados mais profundamente afectadas pela pobreza e pela vulnerabilidade social. Procedemos à construção e manutenção de residências para refugiados, bem como de infra-estruturas sanitárias, de distribuição de água e outras, nos campos de refugiados e na sua proximidade. Temos igualmente um programa de microfinanciamento que apoia o desenvolvimento de pequenas oportunidades de negócio para empresários refugiados.

Para além destas funções na área do desenvolvimento humano, que constituem a sua actividade quotidiana, a UNRWA responde às situações de emergência que têm ocorrido no âmbito do conflito armado no Líbano e no território palestino ocupado. Foi esta função de resposta de emergência que esteve no centro da atenção dos meios de comunicação social durante o recente conflito em Gaza. Os funcionários da UNRWA, outras agências humanitárias e muitos Palestinos arriscaram a vida para socorrer os feridos, os doentes, os famintos e os deslocados. Demonstraram, através do seu empenho, o que há de melhor no espírito humanitário, tendo igualmente ilustrado a importância de que se revestem a atenção e a acção internacional dedicadas às questões palestinianas.

E o que se passa com os próprios Palestinos e com o povo de Gaza em especial? O que podemos dizer sobre o que o recente conflito representa para a comunidade humanitária internacional, incluindo para aqueles de nós que, na Europa, temos a sorte de viver tão longe da dor e do sofrimento que, infelizmente, fazem parte integrante na experiência paleestina?

O sofrimento do povo de Gaza começou muito antes do dia 27 de Dezembro de 2009. Recordemos que, em 2009, decorrem 61 anos desde que os Palestinos foram obrigados a tornar-se refugiados na terra que é o seu património. E decorrem 41 anos desde que o território palestino foi ocupado por Israel. Durante esses anos, tem-se assistido a conflitos armados recorrentes e à deterioração progressiva das condições de vida dos Palestinos.

Nos 19 meses que precederam o recente conflito, Gaza esteve sujeita a um bloqueio que permanece em vigor até hoje. Durante este período, o fluxo normal, para Gaza e de Gaza, de bens comerciais, médicos, alimentares e humanitários, sofreu graves restrições. Basta pensar nas coisas de que todos nós necessitamos para a nossa vida normal, sabendo que não foi permitida a entrada desses artigos em Gaza. Trigo para fazer pão, óleo alimentar, petróleo, peças sobresselentes para veículos, equipamento médico, combustível, fraldas, lápis, papel para livros escolares, medicamentos, pilhas, sabão – a lista é interminável. O bloqueio significou que foram impostas restrições à possibilidade de os habitantes de Gaza viajarem para fora ou para dentro do território. Estas

restrições aplicaram-se a pessoas gravemente doentes, necessitando de sair de Gaza para poderem aceder a tratamento médico. Embora as estatísticas sejam controversas, é fácil imaginar que as limitações impostas pelo poder ocupante tenham provavelmente ocasionado muito sofrimento desnecessário e algumas mortes evitáveis. Os 19 meses de bloqueio tiveram consequências desastrosas para a economia de Gaza e para os seus serviços públicos. O sector privado foi dizimado pelo encerramento de fábricas e explorações agrícolas. Os níveis de desemprego rondavam os 43%, situando-se entre os mais elevados do mundo. Mais de 50% dos agregados familiares viviam abaixo do limiar de pobreza, e a sobrevivência da maioria dos Palestinos dependia da assistência humanitária. Nesta situação de indigência artificialmente imposta, o desespero e a frustração eram sentimentos comuns entre a população civil de Gaza. Verificava-se igualmente um sentimento de indignação face à comunidade internacional, por esta permitir um bloqueio que afectava toda a gente em Gaza, sem distinguir aqueles que eram militantes ou simpatizantes do regime que detinha efectivamente o poder no território.

Distintos convidados, colegas e amigos:

Esta breve descrição proporciona-nos uma visão geral da situação de Gaza, durante os 19 meses de cerco. Poderão imaginar o que significou para os Palestinos, já enfraquecidos pelo bloqueio, serem sujeitos, no meio do Inverno, a 22 dias de bombardeamentos muito intensos, exaustivos e ininterruptos por parte da artilharia, de mísseis e de outras armas pesadas, disparadas da terra, do ar e do mar.

Poderão imaginar o terror e a agonia de homens, mulheres e crianças que, sem terem qualquer ligação com os militantes, foram submetidos a formas inimagináveis de sofrimento. Poderão imaginar o desespero e a agonia de famílias incapazes de enterrar os seus mortos porque não era seguro sair de casa ou porque os cemitérios também eram bombardeados. Podemos pensar no que deve ter sido para as famílias de Gaza, privadas de alimentos, água, electricidade ou aquecimento, estremecerem de frio e medo enquanto as explosões estilhaçavam as janelas de tantas habitações. E podemos imaginar o que foi para os muitos milhares de famílias de Gaza não serem capazes de dormir durante aqueles 22 dias terríveis, devido ao frio, à fome e ao ruído ensurdecedor das explosões que abalavam os edifícios.

Sentimo-nos horrorizados, talvez mesmo revoltados, quando olhamos para os números que dão conta de cerca de 1.300 mortos, 5.300 feridos graves e um sexto dos edifícios de Gaza destruídos ou danificados. Mas, por mais chocantes que possam ser, as estatísticas desta guerra jamais darão conta da plena dimensão das suas consequências imediatas e de longo prazo para o comum dos civis de Gaza. Nem os nossos sentimentos humanitários mais sinceros e genuínos nos permitirão sentir o que sentem os Palestinos. E isto porque a sua luta, que dura há já sessenta anos, reveste um carácter singular na história recente da Humanidade. Na nova ordem mundial que emergiu da Segunda Guerra Mundial e que se centra na Carta das Nações Unidas, nenhum outro povo nem nenhuma outra entidade viu serem-lhe negados durante tanto tempo o reconhecimento, a dignidade, a justiça e um Estado que seja seu.

Uma pergunta que devemos colocar-nos é «Que podemos fazer então?». Embora não possamos pôr-nos na pele dos Palestinos, devíamos fazer tudo o que pudermos para os ajudar a satisfazerem as suas necessidades em matéria de assistência humanitária e auxílio ao desenvolvimento. Ao dirigir-se ao Conselho de Segurança em finais de Janeiro, a Comissária-Geral da UNRWA chamou a atenção do Conselho para o sofrimento muito profundo de toda a população civil de Gaza. Falou da consciência que tinha, fruto da sua própria observação, da

imensa cólera que os Palestinos sentem em relação aos atacantes, por tantas vezes não terem distinguido entre objectivos militares e população civil. Mencionou igualmente o ressentimento contra a comunidade internacional por ter permitido que, primeiro o bloqueio, e depois a guerra, se tivessem prolongado por tanto tempo.

Contudo, a Comissária-Geral também informou o Conselho de Segurança de que, nos seus contactos com os civis de Gaza, pudera igualmente observar a determinação destes em vencerem o sofrimento causado pela perda e a sua crença nas possibilidades de reconstruírem as suas vidas. E exortou a comunidade internacional a aproveitar as oportunidades que se oferecem tendo em vista a recuperação e a renovação de Gaza. Esta é uma parte da resposta à questão de saber o que podemos fazer. Há muita coisa que cada um de nós pode fazer para apoiar o povo de Gaza e os Palestinos no seu conjunto, e para ajudar a atenuar o sofrimento inútil que suportam.

Actualmente, a UNRWA está a tentar obter 345 milhões de dólares, para financiar um processo de recuperação imediato destinado a 70% dos habitantes de Gaza que são refugiados. O nosso Plano de Resposta Rápida, que já está a ser executado, combina actividades no âmbito da resposta de emergência com serviços orientados para o desenvolvimento a mais longo prazo.

No âmbito deste plano, pretendemos restaurar e reforçar os serviços de ensino primário e os cuidados de saúde primários e, simultaneamente, criar programas de ajuda alimentar de emergência, de assistência monetária e de criação de emprego. Iremos proceder à reparação de habitações civis e de instalações da UNRWA que foram danificadas ou destruídas. Apoiaremos organizações humanitárias de base comunitária e proporcionaremos serviços de saúde ambiental, em ligação com as autoridades municipais. E ofereceremos apoio psico-social aos habitantes de Gaza mais traumatizados, incluindo as crianças que frequentam as nossas escolas. Numa palavra, queremos ajudar os habitantes de Gaza a viverem vidas normais.

- A UNRWA e os refugiados da Palestina ficar-vos-ão gratos por qualquer contribuição que possam dar para os importantes custos financeiros que estes esforços envolvem. Como já tive ocasião de referir, estamos a avançar nos nossos planos e já podemos assistir à reemergência de alguns elementos de vida «normal»:
- As escolas da UNRWA reabriram em 24 de Janeiro, registando a presença de 90%, ou seja, 190.000 crianças refugiadas; nas escolas do governo, a percentagem de presenças é equivalente;
- A totalidade dos 19 centros de saúde da UNRWA estão operacionais desde 20 de Janeiro;
- A totalidade dos 10 centros de distribuição alimentar da UNRWA estão a funcionar, permitindo o fornecimento diário de alimentos a 33.000 pessoas;
- Foi retomada a assistência monetária, incluindo uma verba de seis milhões de dólares, destinada a apoiar as famílias com crianças, no regresso às actividades escolares;
- Estão em curso operações de limpeza, levadas a cabo por várias agências das Nações Unidas e de voluntariado, pelo governo e pelo programa de criação de emprego da UNRWA.

Muito embora a UNRWA e outras agências estejam a fazer os possíveis para ajudar a restabelecer uma vida normal em Gaza, esses esforços continuam a ser dificultados por vários obstáculos. O impedimento principal é a ocupação do território palestino, no âmbito da qual se mantém em vigor o bloqueio a Gaza. Não é possível transportar livremente, através das fronteiras de Gaza, os mantimentos, medicamentos, materiais de construção

e ajuda humanitária. Sem fronteiras permanente e continuamente abertas, está a ser extremamente difícil realizar os nossos objectivos humanitários e de desenvolvimento humano.

Todas as actividades são afectadas, desde a distribuição de ajuda alimentar até à educação primária, passando pela reconstrução de habitações danificadas. Um outro problema tem a ver com a governação de Gaza e com a manutenção da lei e da ordem. Este aspecto tem implicações para a segurança e a protecção dos funcionários da UNRWA e de outro pessoal humanitário, bem como dos fornecimentos de ajuda. Alguns de vós tiveram talvez conhecimento de incidentes ocorridos há cerca de dez dias, quando fornecimentos destinados a serem distribuídos pelos refugiados foram confiscados e ulteriormente devolvidos.

Todas estas dificuldades ilustram o facto de que a acção humanitária não é suficiente para resolver questões complexas, cuja natureza é essencialmente política. Isto verifica-se em especial no território ocupado da Palestina, em que estão estreitamente interligadas todas as dimensões da situação intricada em que vivem os Palestinos. É necessária uma acção política corajosa a fim de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo actual cessar-fogo em Gaza e de conseguir mudanças radicais e positivas nos seguintes domínios:

- Manutenção do actual cessar-fogo, em moldes que permitam garantir condições de segurança para a protecção dos civis, do pessoal humanitário e das diversas actividades;
- Abertura permanente das fronteiras de Gaza à livre circulação de pessoas e de bens de carácter humanitário e também comercial, bem como a retoma do funcionamento do sistema bancário, a fim de permitir a disponibilidade de dinheiro;
- Reabilitação dos sectores industrial e comercial, que serão as forças motrizes dos esforços de recuperação e ajudarão a reduzir a dependência de dádivas da ajuda humanitária, o que tem sido a regra em Gaza desde há mais de 18 meses;
- A incapacidade de proteger os civis e os ataques directos contra o pessoal e as instalações das Nações Unidas têm que ser rápida e imparcialmente investigados, e têm de ser apuradas as responsabilidades ao abrigo do direito internacional. Ao mesmo tempo, temos que explorar as possibilidades de um processo de «verdade e reconciliação», por meio do qual seja possível atingir um certo grau de apaziguamento para as profundas correntes emocionais subliminares que são inerentes ao conflito israelo-palestino.
- A reconciliação entre Palestinos e a retoma de negociações inclusivas e globais para resolver de forma pacífica as questões subjacentes ao conflito.
- Na ausência de um avanço urgente no âmbito destas questões, as condições de vida continuarão a deteriorar-se, aumentando a probabilidade de um regresso ao conflito.

Distintos convidados e colegas:

Estes cinco pontos – um cessar-fogo permanente, a abertura total das fronteiras de Gaza, a recuperação socio-económica, a aplicação do direito internacional e a reconciliação entre os Palestinos – constituem uma ordem de trabalhos para a acção dos intervenientes políticos. Acredito que, enquanto cidadãos de uma Europa democrática, é aí que podemos desempenhar um papel determinante.

No nosso mundo globalizado, os laços que interligam toda a humanidade vão muito além do espaço físico e são mais profundos do que nos é dado compreender. É verdade que Gaza, bem como a Cisjordânia, e igualmente os refugiados da Jordânia, da Síria e do Líbano, se encontram a milhares de quilômetros de distância de nós. No entanto, essa distância geográfica é menos significativa do que o espaço que partilhamos enquanto membros da comunidade internacional, com um esteio comum em matéria de direitos humanos e de dignidade humana para todos. Os problemas relativos aos Palestinos e aos refugiados palestinos são também nossos – tanto vossos como meus – porque dizem respeito a questões que constituíram as bases sobre as quais se construíram a Carta das Nações Unidas e os Estados da Europa.

Quando, como acontece no território palestino ocupado, os direitos humanos de um povo inteiro são violados, tão flagrantemente e durante tanto tempo, e quando o direito internacional e o direito humanitário internacional são tão regularmente desconsiderados, esses conceitos, princípios e leis, em que se baseiam as civilizações, são gradualmente desgastados e poderão, em última análise, ficar ameaçados. Não podemos e não devemos fingir que não vemos. Não podemos e não devemos calar-nos.

A responsabilidade de restabelecer a segurança dos Palestinos e dos refugiados palestinos incumbe aos Estados que são os principais intervenientes no nosso sistema multilateral de governação global. Exorto-vos a falar com os representantes do vosso Estado e a pressioná-los no sentido de assegurarem uma acção internacional direccionada para os cinco domínios a que fiz referência há pouco. É necessário pressioná-los, em todas as questões relativas aos Palestinos, a assumirem posições de princípio, baseadas na legalidade internacional. E insistir para que os vossos representantes reconheçam que a devolução da dignidade e da justiça aos Palestinos contribuirá significativamente para a segurança de Israel e também para a estabilidade e a prosperidade no Médio Oriente e no mundo.

[Tradução: Graça Macedo]

IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA OPINIÃO PÚBLICA E DO MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE

Pierre Galand

Minhas Senhoras e meus Senhores, Caros Amigos,

Obrigado por me terem convidado para participar no vosso Seminário.

Não é anti-semitismo denunciar a guerra iniciada por Israel contra Gaza e a Palestina,

denunciar os crimes de guerra e crimes contra a Humanidade cometidos durante um mês em Gaza.

Não é anti-semitismo denunciar o Muro da separação, a colonização, a ocupação militar, as destruições maciças causadas por Israel na Palestina.



Como também não é, na Cisjordânia e em Gaza, anti-semitismo ou anti-americanismo denunciar a cumplicidade da União Europeia e dos seus Estados-membros e a cumplicidade dos Estados Unidos que garantem a impunidade de que goza Israel na perpetuação da agressão e da injustiça feitos ao povo palestino, privado dos seus direitos fundamentais há 61 anos. Foi isto a Nakba – a Catástrofe.

Após este comentário sobre o anti-semitismo, gostaria de vos lembrar esta análise breve mas pertinente dos Israelitas, feita pelo falecido Mahmoud Darwich: *«Os Israelitas têm uma obsessão securitária que se deve a dois tipos de medos: um, legítimo e compreensível, devido ao que suportaram da parte dos Europeus. Mas disto foram parcialmente indemnizados à custa da Palestina – e, apoiando-se no sentimento de culpabilidade da Europa, vivem de um crédito infinito nos planos moral, económico e militar. A tal ponto que, actualmente, criticar a política israelita equivale a anti-semitismo. Mas há um outro tipo de medo que não podemos resolver, mesmo que aparecesse um novo Freud: é o medo daquilo que cometeram contra nós. Mas nós estamos dispostos a esquecer e a perdoar desde que nos restituam certos direitos. O ódio e o rancor não são eternos se a vítima obtiver uma indemnização. Só a Israel compete decidir»* ... assim respondia Mahmoud Darwich, em 2006, à jornalista italiana Géraldina Colotti do Il Manifesto que o interrogava sobre o tema «Israel tem medo da paz».

Centralidade da Questão Palestina.

A conquista de Jerusalém pelos Cruzados data de 1150, quase um milénio. O Próximo Oriente ocupou sempre um lugar central na história euro-mediterrânica, na história religiosa das duas margens do Mediterrâneo, nas relações entre as três religiões do Livro, nas transferências de saber, de cultura, nas trocas económicas, etc. A Palestina desempenha um papel central nesta história. Desde a partilha da Palestina e da criação do Estado de Israel em 1948, este Estado desempenha um papel importante no dispositivo estratégico das grandes potências e do Ocidente, na região. Isto era verdade durante a guerra fria e continua a sê-lo ainda hoje.

Por outro lado, Israel apresenta-se como o único estado democrático da região e sempre geriu com cuidado as suas relações com a Europa e com os Estados Unidos. Israel beneficiou assim de uma relação privilegiada e de um estatuto de aliado essencial dos E.U.A. É, pois, na mais completa impunidade que Israel prossegue, desde há 41 anos, a sua ocupação militar, a colonização e a expropriação territorial da Palestina.

É verdade que actualmente ocorrem muito mais mortes e violações dos direitos humanos no Darfour, no Leste do Congo, na Colômbia, no Iraque, no Afeganistão... e, contudo, a Palestina continua a ser uma questão central na ordem do dia a nível internacional.

Na época da luta contra o apartheid na África do Sul, não foi o número de negros que morreram o factor determinante na condenação da África do Sul por crime de apartheid. A condenação recaiu sobre o racismo e as leis do apartheid.

A opinião pública não se enganou quando se levantou maciçamente para denunciar os crimes de apartheid na África do Sul e na vizinha Namíbia. A um mesmo título, hoje, as grandes componentes da sociedade civil não se enganam ao denunciar a guerra e o bloqueio israelita contra Gaza e ao denunciar os excessos de Israel no conjunto do território palestino. Ao fazerem-no, estão a denunciar a violação do direito internacional, a querer defender uma concepção do direito dos povos a decidirem por si próprios, bem como a coexistência pacífica entre os estados.

Hoje, a questão Palestina, que os Estados Unidos, e igualmente a Europa, tinham querido marginalizar, regressou ao centro do debate euro-mediterrânico.

- 1991 – Conferência de Madrid
- 1995 – Acordo de Barcelona (Democracia, direitos humanos, zona de comércio livre)
- Ofensiva americana – Great Middle-East para restabelecer a democracia! Palestina
- Política de vizinhança da UE – Upgrading de Israel para estes 60 anos.

Trata-se do conflito mais antigo do século XX, que perdura no início do século XXI - 60 anos – Nakba- 1948-2008 - tendo em vista impedir o Povo Palestino de exercer o seu direito a decidir por si próprio: o seu direito à auto-determinação.

Desde a famosa frase: «um povo sem terra (ou seja, o povo judeu) para uma «terra sem povo», a comunidade internacional que fundou o Estado de Israel fracassou na sua missão de permitir a livre expressão do povo da Palestina e de impedir que ele seja vítima de expulsões maciças, de colonização e de ocupação, de detenções arbitrarias, de repressão, de agressão militar e de discriminação racial.

«Em resumo, o que se entrevê», diz Régis Debray, «em vez do Estado Palestino anunciado e desejado por todos, é um território israelita ainda indefinido, com enclaves, três municípios palestinos auto-geridos».()*

É urgente pôr fim àquilo que os nossos políticos, homens e mulheres, designam como «equidistância» e que acaba por não ser mais do que uma política de «dois pesos e duas medidas» (relações com o Hamas/com o Likoud).

Está na hora de os responsáveis políticos realmente empenhados pela paz e pelos direitos dos povos previstos pela Carta das Nações Unidas se mobilizarem e terem em mente o que o Embaixador Alvaro de Soto, Representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas junto da OLP, sublinha no ponto 134 do seu relatório final de missão: *«there is a seeming reflex, in any given situation where the UN is to take a position, to ask first how Israël or Washington will react rather than what is the right position to take»*. E acrescentou: *«I confess that I am not entirely exempt from that reflex, and I regret it»*.

O papel da opinião pública e do movimento de solidariedade

Em 9 de Julho de 2004, o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) dava o seu Parecer sobre as consequências jurídicas da construção do Muro nos Territórios Palestinos ocupados. Em 20 de Julho de 2004, por meio da Resolução ES-10/15 da Assembleia Geral das Nações Unidas, os Estados Membros, incluindo os Estados europeus, reconheciam que tinham a obrigação jurídica de fazer aplicar o Parecer do TIJ.

Foi o resultado de um trabalho inacreditável por parte do movimento de solidariedade.

Hoje, após a guerra de agressão cometida por Israel, após os crimes de guerra e os crimes contra a Humanidade cometidos pelo exército israelita, não podemos satisfazer-nos com acções humanitárias e de reconstrução.

Devemos apoiar a exigência palestina de «reparação» e de qualificação dos crimes que foram cometidos:

- Junto da ONU, da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, das Convenções de Genebra de 1949
- Junto do Tribunal Penal Internacional
- Junto da União Europeia, pelo respeito dos artigos 2º et 83º do Acordo de Associação

E exigir:

- O congelamento e o desmantelamento das colónias, do Muro e dos checkpoints,
- A libertação dos prisioneiros políticos,
- O direito ao regresso,
- A livre circulação, o levantamento do bloqueio contra Gaza, a implementação do sistema EUBAM Rafah
- O embargo ao comércio de armas

Devemos mobilizar-nos igualmente:

- Contra a OTAN e as armas nucleares israelitas,
- Contra os apoios, na Europa, à expansão dos colonatos (por exemplo, a campanha contra o banco Dexia)
- Para apoiar o apelo das ONG palestinas ao B.D.S. (Boicote, Desinvestimento, Sanções)
- Contra as tentativas de exportar o conflito israelo-palestino para as nossas cidades
- Para denunciar o ostracismo contra o Hamas «terrorista» para a UE e os EUA, eleito democraticamente pelos Palestinos.

Face ao silêncio cúmplice da comunidade internacional, ao silêncio do Sr. Blair, Enviado Especial do Quarteto, ao silêncio do Sr. Javier Solana, Alto Representante da União Europeia para a política externa e de segurança, ao silêncio da União Europeia e dos Estados Unidos e ao fracasso da Conferência de Annapolis, é urgente apelar a uma nova iniciativa internacional, uma espécie de Madrid II para uma paz justa e duradoura no Próximo Oriente, a qual proclamaria o reconhecimento do Estado da Palestina dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, as de 1967. A oferta da Liga Árabe de Beirute, em 2002, poderia constituir uma base útil para esse efeito.

Antes de concluir, permitam-me que vos fale brevemente sobre uma iniciativa importante: a criação de um tribunal Russell sobre a Palestina. Esse tribunal de opinião, à semelhança do tribunal Russell sobre o Vietname, presidido, à época, por Jean-Paul Sartre, terá uma missão essencial: reafirmar o primado do direito internacional como base para a resolução do conflito israelo-palestino e analisar as diversas responsabilidades que têm conduzido à persistência da ocupação dos Territórios palestinos por Israel e à não aplicação das diferentes resoluções das Nações Unidas e do parecer do Tribunal Internacional de Justiça sobre a construção do muro por Israel. Para além dos crimes enquanto tais, temos, pois, o objectivo de revelar como o silêncio ou a cumplicidade de Estados, e também as falhas de organizações internacionais, permitem a Israel agir com uma imunidade total, e impedem a criação de um Estado Palestino.

Concluirei com Mahmoud Darwich, que declarava ao Mundo: *«Não é possível viver com a ferida do desaparecimento da pátria, a não ser que se instaure uma co-habitação equilibrada entre as «duas realidades», a judaica israelita e a árabe palestina, não podendo nenhuma delas erradicar a outra. (...) A esperança é uma doença incurável entre os Palestinos, a esperança numa vida melhor de que não seríamos nem heróis nem vítimas. (...) A esperança, pois, apesar de uma ocupação israelita que é uma declaração permanente de guerra contra os nossos corpos e os nossos sonhos, contra as nossas casas e as nossas árvores.»*

[Tradução: Graça Macedo]

CONCLUSÕES

Carlos Almeida

1. A luta do povo da Palestina é única na história humana recente. Há mais de sessenta anos refugiado na sua própria terra, forçado ao exílio, ao isolamento e à privação, nenhum outro povo foi privado, durante a história recente e de forma tão prolongada e radical, do reconhecimento internacional do seu direito à dignidade, à justiça e ao seu próprio estado. O conflito israelo-palestino não é linear nem simétrico, opõe um ocupante e um ocupado, uma potência que oprime e explora, e um povo que é reprimido e reclama o seu direito à autodeterminação e à independência, dentro das fronteiras de um estado soberano e viável. O reconhecimento pleno dos direitos nacionais do povo palestino, o direito à criação de um estado nos territórios ocupados por Israel desde 1967, é um direito inalienável, inscrito na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos dos Homem. Por isso, a questão palestina está no centro da agenda internacional, interroga os fundamentos basilares do direito e da legalidade internacional. O modo como for tratado pela comunidade internacional ditará, em muito larga medida, o destino da paz no mundo.

2. Os episódios de violência aguda e brutal, como o ocorrido na faixa de Gaza, entre os dias 27 de Dezembro e 18 de Janeiro, constituem, nesse quadro, actualizações de um drama quotidiano e de um sofrimento perene. Na Margem Ocidental e em Gaza, em Jerusalém ou em Rafah, o povo palestino enfrenta, todos os dias, uma política sistemática, empreendida para aniquilar a existência nacional e, em análise, o êxodo total e ancestral. A destruição de cultivo, a confiscação e alargamento contínuo dos pontos de controlo e as restrições ao movimento de pessoas e bens, a separação, os assassinatos selectivos, as prisões e a tortura são marcas da paisagem quotidiana de todos os palestinos, feridas abertas, todos os dias, em homens, mulheres e crianças, numa guerra permanente e calculada imposta a todo o povo, perante a passividade e o silêncio tantas vezes cúmplice da comunidade internacional.



3. A brutal ofensiva militar lançada pelo exército israelita contra a população da faixa de Gaza não pode ser desligada desse contexto de miséria e opressão vivido, desde há décadas, em todos os territórios ocupados. Ela

visou, ao mesmo tempo, uma população submetida a dezanove meses de um bloqueio desumano que transformou a faixa de Gaza numa imensa prisão a céu aberto. Foi sobre uma população logo tempo privada de tudo, desde alimentos, medicamentos ou combustíveis a produtos comuns como papel ou fraldas de crianças, que uma das mais poderosas máquinas de guerra do mundo se lançou, de forma cruel e indiscriminada. As estatísticas desses vinte e dois dias de chumbo - mais de 1300 mortos, cerca de 5300 feridos, na sua maior parte mulheres e crianças, um sexto dos edifícios destruídos – não reflectem a dimensão do desastre humanitário e o seu impacto presente e futuro sobre toda a população. Tratou-se, uma vez mais, de uma guerra lançada com o apoio e a colaboração activa dos Estados Unidos da América e de uma boa parte da comunidade internacional, que assistiu, silenciosa e cúmplice, ao avolumar da tragédia. E foi, como sempre no passado, a resistência heróica do povo palestino que impôs a derrota política ao estado de Israel, forçado a retirar as suas tropas sem que qualquer dos seus anunciados objectivos tivesse sido alcançado.

4. Como esta recente ofensiva militar contra a população da faixa de Gaza veio largamente comprovar, a escalada de agressividade por parte de Israel torna cada vez mais difícil e complexa a possibilidade de alcançar uma paz justa e duradoura. A cada nova investida, com o seu cortejo de mortes e destruição, reforçam-se os sentimentos de frustração, raiva e desespero entre o povo palestino, agravados pela persistente passividade da comunidade internacional, prisioneira de uma falsa e perversa equidistância, quando não de uma activa cumplicidade com os crimes e a ocupação. Ao mesmo tempo, por cada dia que cada, a expropriação de terras, a destruição de campos de cultivo, o alargamento dos colonatos torna cada vez mais difícil a possibilidade de criação, nos territórios ocupados, de um Estado Palestino viável e soberano.

5. No actual contexto, a divisão grave entre as forças do movimento de resistência nacional palestino é um elemento de enorme gravidade na situação e que tem contribuído, em larga medida, para a agressividade da política de Israel. A criação da Organização de Libertação da Palestina como única e legítima representante da causa nacional do povo palestino constituiu uma conquista histórica que importa preservar. É, por isso, absolutamente fundamental ultrapassar as divergências e divisões e refazer a unidade entre todas as organizações da resistência palestina em torno dos objectivos históricos da luta do seu povo: a retirada de Israel dos territórios palestinos ocupados em 1967, a criação de um Estado Palestino soberano e viável com Jerusalém Leste como capital, e o regresso e a justa compensação para os refugiados palestinos. Esse processo tem que incluir todas as organizações representativas do movimento nacional palestino, entre elas, o Hamas, força maioritária no parlamento palestino constituído em resultado de eleições que a comunidade internacional considerou livres e justas. Ao mesmo tempo, à comunidade internacional cumpre reconhecer, sem alibis nem pré-condições, os representantes legítimos do povo palestino – nos mesmos exactos termos em que são reconhecidos os governos e instituições do estado de Israel – para, em conjunto, promover um caminho que conduza a uma paz justa, conforme com a legalidade internacional, e duradoura. Perante o impasse do processo negocial e a prolongada e sistemática política de ocupação com todo o seu cortejo de injustiça e sofrimento, a resistência constitui um direito sagrado e inviolável do povo da Palestina e uma afirmação básica e elementar de liberdade.

6. O drama do povo palestino reclama a solidariedade de todos os povos e de todos os cidadãos. A derrogação das mais elementares normas do direito internacional, a humilhação constante dos direitos nacionais de um povo, o desrespeito de princípios básicos dos direitos humanos não suporta a neutralidade ou a equidistância. A solidariedade é, por isso, um dever de cidadania, um imperativo ético que interroga todos os cidadãos, e todos os

movimentos cívicos, locais ou nacionais. Ela deve, por isso, mobilizar todos os que, independentemente das suas diferenças, políticas, religiosas ou outras, se reconhecem na necessidade imperiosa de fazer valer o primado da liberdade e da dignidade da pessoa humana, contra a injustiça e a opressão. O movimento de solidariedade em torno da causa nacional palestina pode assumir múltiplas formas e expressões, mas não deve afastar-se daquela que é a raiz mais funda do conflito, a razão do sofrimento infligido àquele povo: o fim da ocupação dos territórios palestinos da Margem Ocidental, incluindo Jerusalém Leste, e da faixa de Gaza, e a criação de um estado independente, soberano e viável. No imediato, e em relação à situação dramática que se vive na faixa de Gaza, todos os recursos políticos e humanitários devem ser orientados para:

i) a garantia de um cessar fogo efectivo por parte de Israel, com o fim do bloqueio e a abertura das fronteiras à livre circulação de pessoas, ajuda humanitária e produtos comerciais;

ii) a recuperação das infra-estruturas económicas de modo a reduzir a situação de dependência extrema da população em relação à ajuda humanitária;

iii) uma investigação independente sobre a prática eventual de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade por parte do exército de Israel, destacando-se, neste ponto, a iniciativa em curso na Europa, tendente à criação de um Tribunal Russel para a Palestina;

iv) a resolução dos conflitos no seio do movimento nacional palestino.

7. No plano político, o movimento de solidariedade com o povo palestino deve intervir, por múltiplas formas, em ordem ao esclarecimento e informação da opinião pública sobre as raízes históricas do conflito, a justeza das aspirações nacionais daquele povo, e as falsificações, mentiras e deturpações veiculadas amiúde nos órgãos de comunicação social. Deve denunciar de forma firme e consistente a cumplicidade e o apoio activo que os Estados Unidos da América têm dado à política de ocupação e aos atropelos continuados da legalidade internacional perpetrados por Israel, assim como as ambiguidades e algumas não poucas cumplicidades da União Europeia e de alguns países europeus em especial, relativamente ao conflito. Deve ainda ter presente que a resolução da questão palestina, causa central dos povos árabes, é inseparável do fim da ingerência externa na região, da ocupação americana do Iraque e do Afeganistão e das ameaças sobre o Irão, da retirada de todas as tropas estrangeiras, e da criação de um espaço de paz e cooperação livre de armas nucleares. O movimento de solidariedade deve privilegiar a acção consistente junto dos órgãos de poder nacionais e das instituições europeias, de modo a que, na medida das suas altas responsabilidades em toda a situação, tais instâncias desenvolvam uma actividade útil e positiva que favoreça e garanta o exercício pleno dos direitos do povo palestino. A criação de um espaço mediterrânico de paz e cooperação, condição fundamental para a estabilidade e o desenvolvimento na Europa, requer como condição necessária e fundamental a resolução justa da questão palestina. Nesse particular, o movimento de solidariedade deve pugnar para que, no respeito pelo direito internacional e os compromissos assumidos, a União Europeia e os países europeus, ponham fim ao comércio de armas com Israel, suspendam a cooperação enquanto durar a ocupação dos territórios palestinos – e em particular o processo de aprofundamento das relações aberto antes dos bombardeamentos sobre Gaza – e cumpram rigorosamente as disposições dos acordos de associação, em especial, quanto à proibição da importação de produtos oriundos dos colonatos.